

Marcelo Mazzola

Tutela Jurisdicional Colaborativa

A cooperação como fundamento
autônomo de impugnação

Prefácio
Ministro Luiz Fux

Apresentação
Professora Teresa Arruda Alvim



Marcelo Mazzola

**TUTELA JURISDICIONAL
COLABORATIVA:
a cooperação como fundamento
autônomo de impugnação**

EDITORA CRV
Curitiba - Brasil
2017

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Editora CRV
Arte da capa: Marcello Stutz Pupo
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

M475

Mazzola, Marcelo Leite da Silva.

Tutela jurisdicional colaborativa: a cooperação como fundamento autônomo de impugnação / Marcelo Leite da Silva Mazzola. – Curitiba: CRV, 2017.
276 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-444-1882-6

DOI 10.24824/978854441882.6

1. Direito

1. Direito 2. Processo civil 3. Tutela jurisdicional 4. Cooperatividade I. Título II. Série.

CDU 347.91/.95(81)

CDD 341.461

Índice para catálogo sistemático

1. Direito Processual civil 341.461

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2017

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
<i>Ministro Luiz Fux</i>	
APRESENTAÇÃO	17
<i>Teresa Arruda Alvim</i>	
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA: do estado liberal ao estado democrático de direito	21
1.1 O Estado Liberal.....	21
1.2 O Estado Social.....	23
1.3 O Estado Democrático de Direito.....	26
1.4 Caminhamos para uma democracia processual?	28
CAPÍTULO 2	
A EVOLUÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL. DO PROCESSUALISMO AO FORMALISMO-VALORATIVO. O MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO	37
2.1 A evolução do direito processual	37
2.1.1 Praxismo ou fase sincretista	37
2.1.2 Processualismo	38
2.1.3 Instrumentalismo	38
2.1.4 Formalismo-valorativo	39
2.2 O modelo cooperativo de processo	47
2.2.1 Aspectos gerais	47
2.2.2 Pressupostos sociais, éticos e lógicos da cooperação	50
2.3 Posição do juiz e das partes no modelo cooperativo de processo	51
CAPÍTULO 3	
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E RAÍZES DA COOPERAÇÃO.....	55
3.1 Contraditório	56
3.2 Cidadania e participação.....	63
3.3 Fraternidade e solidariedade.....	65
3.4 Dignidade da pessoa humana.....	67
3.5 Devido processo legal	69
3.6 Igualdade.....	71
3.7 Boa-fé.....	72

CAPÍTULO 4

A COOPERAÇÃO É UM PRINCÍPIO?	79
4.1 Noções gerais sobre os princípios	79
4.2 O princípio da cooperação	81
4.3 Contraponto às críticas doutrinárias	83
4.4 O dever de cooperação é do juiz, do júizo ou de ambos?	90

CAPÍTULO 5

DIREITO COMPARADO.....	93
5.1 A importância do direito comparado	93
5.2 Uma análise comparada do ordenamento jurídico português	95
5.3 Outros sistemas jurídicos estrangeiros	102
5.3.1 Alemanha	102
5.3.2 França	104
5.3.3 Estados Unidos	107
5.3.4 Um giro pelo mundo	108

CAPÍTULO 6

A COOPERAÇÃO NO PROCESSO CIVIL.....	115
6.1 A cooperação no CPC/73	115
6.1.1 A jurisprudência sob a égide do CPC/73.....	116
6.2 Cooperação no NCPC.....	120
6.3 Cooperação dos sujeitos processuais.....	124

CAPÍTULO 7

DEVER DE COOPERAÇÃO DO JUIZ	129
7.1 Deveres gerais do julgador.....	129
7.2 Deveres inerentes à cooperação	131
7.2.1 Dever de engajamento	132
7.2.2 Dever de esclarecimento.....	133
7.2.3 Dever de consulta (ou diálogo)	136
7.2.4 Dever de prevenção	144
7.2.4.1 Primazia de mérito	151
7.2.5 Dever de auxílio (ou assistência)	157

CAPÍTULO 8

DEVER DE COMPROMETIMENTO DO MAGISTRADO:

cooperação e operosidade.....	167
8.1 Uma nova visão paradigmática	167
8.2 Dever de comprometimento do juiz e os métodos consensuais de resolução de conflitos (conciliação e mediação).....	175
8.2.1 Breve panorama histórico	175
8.2.1.1 Os métodos autocompositivos e o NCPC	180
8.2.1.2 Marco Legal da Mediação (Lei nº 13.140/15)	182

8.3 Dever de comprometimento e a dispensa “imotivada” da audiência de mediação/conciliação: análise de algumas justificativas.....	183
8.3.1 Possibilidade de dispensa da audiência fora das hipóteses legais?	188
8.3.1.1 Cláusula <i>opt-out</i>	188
8.3.1.2 Mediação ou conciliação antecedente à propositura da ação.....	190
8.4 Designação aleatória de audiência de mediação em vez de audiência de conciliação e vice-versa	191

CAPÍTULO 9

A INTERFACE ENTRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A COOPERAÇÃO

9.1 A atmosfera cooperativa no âmbito das convenções processuais	193
9.2 Classificação dos negócios jurídicos processuais	197
9.3 Requisitos de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos processuais	198
9.4 Limites dos negócios jurídicos processuais	199
9.5 Controle da validade das convenções processuais pelo juiz	201

CAPÍTULO 10

A INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE COLABORAÇÃO PELO JUIZ COMO FUNDAMENTO AUTÔNOMO DE IMPUGNAÇÃO

10.1 O sistema de nulidades do NCPC.....	205
10.2 Cooperação como fundamento autônomo de impugnação: algumas hipóteses ilustrativas	209
10.3 Cooperação e ação rescisória	216

CONCLUSÃO.....	219
----------------	-----

PÓS-FACIO	225
-----------------	-----

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

REFERÊNCIAS	227
-------------------	-----

SOBRE O AUTOR.....	275
--------------------	-----